

AS TRAJETÓRIAS PARALELAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E DO REGIONALISMO LATINO- AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA HISTÓRICO- ESTRUTURAL

*THE PARALLEL TRAJECTORIES OF INTERNATIONAL COOPERATION FOR
DEVELOPMENT AND LATIN AMERICAN REGIONALISM: A HISTORICAL-STRUCTURAL
COMPARATIVE ANALYSIS*

Rafael Vieira da Silva¹

¹Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: vieirarafael@ufba.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3522-1124>.

Recebido em: 31/05/2024 | Aceito em: 08/08/2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

O artigo examina a trajetória desde a segunda metade do século XX até a contemporaneidade do regionalismo latino-americano e a compara com a trajetória da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no mesmo período. São delineados em contornos gerais três períodos do regionalismo latino-americano: o regionalismo fechado (ou desenvolvimentista), o regionalismo aberto (ou neoliberal) e o regionalismo pós-neoliberal ou (pós-hegemônico). Esses recortes são comparados com três momentos-chave da história da cooperação internacional: a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional, a ascensão do discurso neoliberal no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento e a consolidação dos BRICS como articuladores de uma nova cooperação Sul-Sul no século XXI. Utiliza-se a análise histórica comparativa em conjunto com a perspectiva teórica neogramsciana e o materialismo histórico transnacional associado a esta. Por meio do conceito abrangente de controle associado a cada um dos recortes avaliados, argumenta-se que há uma convergência dialética entre as trajetórias da integração regional latino-americana e da cooperação internacional, indicando que as limitações de ambas têm a mesma fonte estrutural: o padrão de acumulação de capital dominante.

Palavras-chave: Regionalismo latino-americano; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Materialismo histórico transnacional.

ABSTRACT

This article examines the trajectory of Latin American regionalism from the second half of the 20th century to the present and compares it with the trajectory of International Cooperation for Development during the same period. Three general periods of Latin American regionalism are outlined: closed (or developmentalist) regionalism, open (or neoliberal) regionalism, and post-neoliberal (or post-hegemonic) regionalism. These periods are compared with three key moments in the history of international cooperation: the proposal of the New International Economic Order, the rise of neoliberal discourse in the international development cooperation System, and the consolidation of the BRICS as articulators of a new South-South cooperation in the 21st century. The comparative historical analysis is used in conjunction with the neo-Gramscian theoretical perspective and the transnational historical materialism associated with it. Through the comprehensive concept of control associated with each evaluated period, it is argued that there



is a dialectical convergence between the trajectories of Latin American regional integration and international cooperation, indicating that the limitations of both have the same structural source: the dominant pattern of capital accumulation.

Keywords: Latin American regionalismo; International Cooperation for Development; transnational historical materialism.



1. INTRODUÇÃO

Os processos de integração na América Latina são marcados por ondas e paradigmas costumeiramente associados às mudanças políticas internas na região (Dabène, 2012). Compreensões dessas dinâmicas no contexto do capitalismo global e de suas transformações são menos recorrentes². Em paralelo a esses processos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)³ também passou por fases distintas⁴. De que maneira essas trajetórias podem ser comparadas e situadas sob um mesmo movimento dialético estrutural?

O objetivo deste artigo é analisar comparativamente as trajetórias da CID e do regionalismo latino-americano desde a segunda metade do século XX até a contemporaneidade a partir de uma perspectiva dialética, histórica e estrutural. O intuito é buscar um paralelo entre esses percursos a partir dos seguintes recortes: no âmbito da CID, analisa-se o processo histórico que começa na proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), passa pela ascensão do neoliberalismo e, posteriormente, chega à consolidação dos BRICS como um grupo de atores que oferece uma alternativa ao modelo dominante na esfera da cooperação; já no âmbito da integração regional latino-americana, analisa-se o processo histórico que se inicia no marco desenvolvimentista, passa pelo ápice do regionalismo aberto e, posteriormente, chega à contraposição ao modelo neoliberal pela via do neodesenvolvimentismo articulado no contexto da chamada onda rosa do início do século XXI.

Essas duas travessias históricas de campos distintos (mas relacionados) são avaliadas de um ponto de vista dialético em busca de semelhanças estruturais transversais entre elas. Metodologicamente, este trabalho utiliza abordagem qualitativa, com um método de comparação nos moldes da análise histórica comparativa (em inglês, *comparative historical analysis*, CHA), situando as similaridades buscadas em um quadro teórico-conceitual⁵. Argumenta-se que há uma

² Algumas importantes exceções são: Osório (2018), Berringer e Ferreira (2022), Granato e Rebouças (2018) e Katz (2006).

³ Entendida como “o conjunto de possibilidades de assistência econômica e/ou técnica e de apoio político aos processos de desenvolvimento econômico, de fortalecimento institucional e de melhoria das condições de paz e governabilidade democrática oferecidas pelos governos, organismos multilaterais, organizações sociais e fundações privadas” (Hirst, 2010, p. 19, *tradução nossa*).

⁴ Para um estudo que discute, dentre outras coisas, a história da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e as suas diferentes fases, ver Souza (2014).

⁵ Como apontam Mahoney e Rueschemeyer (2003, p. 8, *tradução nossa*), a partir da CHA, se formulam questões “sobre conjuntos específicos de casos que apresentam semelhança suficiente para serem comparados de forma significativa entre si. [...] [Onde essa] “[s]emelhança suficiente” é, obviamente, definida pelo referencial teórico”.



estrutura dialética compartilhada identificável nessas trajetórias, que pode se tornar visível a partir de um quadro explicativo centrado na teoria neogramsciana da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais e a sua ênfase em um materialismo histórico *transnacional*, com destaque para a noção de “conceitos abrangentes de controle” (Pijl, 1998) desenvolvida pela Escola de Amsterdã. Esse referencial teórico é operacionalizado para revelar a atuação de um mecanismo fundamental do sistema capitalista: a cooptação de ímpetus revolucionários, domesticando-os na forma de impulsos reformistas moldados pelos ditames do padrão de acumulação de capital dominante. Tanto os BRICS no âmbito da CID, como a onda rosa e o seu neodesenvolvimentismo no âmbito da integração regional, têm como uma de suas características fundamentais a diluição das expectativas de reestruturação do sistema internacional encontradas em seus precursores (NOEI e desenvolvimentismo, respectivamente), situando-se como focos de contestação parcial que legitima, ainda que muitas vezes de forma implícita, o padrão de acumulação dominante e seu conceito de controle associado.

O artigo está dividido da seguinte forma: esta introdução; a segunda seção que expõe as bases conceituais e metodológicas da pesquisa; a terceira seção dedicada a explorar a dialética da trajetória da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; a quarta seção que delineia a trajetória também dialética do regionalismo latino-americano; e, por fim, as considerações finais que versam sobre as perspectivas e possibilidades do regionalismo latino-americano diante de suas insistentes limitações estruturais.

2. ANÁLISES HISTÓRICAS COMPARADAS E O MATERIALISMO HISTÓRICO TRANSNACIONAL

Esta seção apresenta as bases metodológicas e conceituais utilizadas nesta pesquisa. Em primeiro lugar, apresenta-se a abordagem da análise histórica comparativa e suas implicações para um estudo comparativo como este. Logo em seguida, apresenta-se a teoria neogramsciana e os conceitos-chave para as seções seguintes, enfatizando contribuições conceituais da Escola de Amsterdã, uma das vertentes do pensamento neogramsciano.



2.1. A ANÁLISE HISTÓRICA COMPARATIVA

A análise comparativa histórica (em inglês, *comparative historical analysis*, CHA) foca em processos de ampla escala visando explicar aspectos relevantes da vida social, dando importância às “temporalidades e o desenrolar dos eventos” (Pacheco, 2022, p. 3). Ela permite que se identifique como certos processos (de dimensão estrutural ou não) influenciam as trajetórias de diferentes recortes históricos, aliando o contraste entre distintos contextos com a ênfase em semelhanças subjacentes (Mahoney e Rueschemeyer, 2003). Skocpol e Somers (1980) destacam três tipos de pesquisas comparativas históricas: a macro causal, a demonstração paralela de uma teoria e a contraposição de contextos.

Nesta pesquisa, o foco reside no segundo tipo, onde as trajetórias do regionalismo latino-americano e da CID serão comparadas com o intuito de apontar que “uma hipótese ou teoria explicitamente delineada pode demonstrar repetidamente a sua utilidade – a sua capacidade de ordenar a evidência de forma convincente – quando aplicada a uma série de trajetórias históricas relevantes” (Skocpol e Somers, 1980, p. 176, *tradução nossa*). A hipótese explicitamente delineada deste trabalho será apresentada na segunda parte desta seção.

A principal implicação dessa abordagem para esta pesquisa é a rejeição da ideia de um conhecimento universal alcançado a partir de construções teóricas que negligenciam o curso da história. O alcance teórico proposto por autores da linha da CHA é médio, situando-se entre o universalismo e o particularismo exacerbados:

Ao visualizar casos e processos em um nível menos abstrato, [...] analistas comparativos históricos frequentemente conseguem derivar lições de experiências passadas que se relacionam com as preocupações do presente. Embora seus entendimentos permaneçam fundamentados nas histórias examinadas e não possam ser transpostos literalmente para outros contextos, estudos históricos comparativos podem fornecer conselhos mais significativos sobre escolhas e possibilidades contemporâneas do que estudos que visam verdades universais, mas que não conseguem compreender detalhes históricos críticos. (Mahoney e Rueschemeyer, 2003, p. 9, *tradução nossa*)

Deste modo, a proposição de que há uma convergência estrutural dialética entre as trajetórias do regionalismo latino-americano e da CID se encontra neste lugar intermediário, como uma transposição não-literal de um entendimento fundamentado na história de um contexto para o outro. A difusão do movimento dessa estrutura nas duas trajetórias se dá diante de uma



sensibilidade contextual enfatizada pela CHA, salientando a alternância mutuamente produtiva entre o quadro conceitual e o próprio devir da história.

2.2. A TEORIA NEOGRAMSCIANA E O MATERIALISMO HISTÓRICO TRANSNACIONAL

O materialismo histórico transnacional – ou, conforme ampliado em uma caracterização mais recente, o materialismo histórico-dialético transnacional (Chen, 2022) – consiste na “aplicação do método materialista histórico ao estudo das relações sociais transnacionais” (Overbeek, 2013, p. 162, *tradução nossa*). Essa adaptação do método marxista é utilizada por autores associados à teoria neogramsciana da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais. Dentro das perspectivas neogramscianas, a Escola de Amsterdã aparece como uma vertente focada no estudo das frações da classe capitalista e da ideologia hegemônica propagada pela fração dominante (Overbeek, 2013), sendo geralmente contrastada (ainda que várias convergências existam) com a abordagem neogramsciana de Cox (1987) e Gill (2007).

A noção de “conceitos abrangentes de controle” (Pijl, 1998) constitui a contribuição central da Escola de Amsterdã para o corpo analítico desta pesquisa. Tal conceito expressa os contornos da ideologia que reproduz o padrão de acumulação do capital em uma configuração histórica particular, dando orientação aos elementos burgueses das distintas sociedades que compõem o sistema internacional (Overbeek, 2013). Trata-se, portanto, de um guia para políticas econômicas direcionadas aos interesses da fração hegemônica, formulado como uma expressão do interesse geral da sociedade, adquirindo a face consensual da hegemonia (Gramsci, 1971). Um conceito de controle surge como resultado dos conflitos entre as frações da classe capitalista que disputam hegemonia, expressando, quando consolidado, as necessidades da fração que define o que é prioridade nos circuitos de acumulação dentro da economia global:

Em última instância, a estratégia de classe através de um processo multifacetado transcende suas origens fracionárias, fundindo-se no que Ries Bode denominou de *conceitos abrangentes de controle* [...] Conceitos de controle são estruturas de pensamento e prática pelas quais uma visão de mundo específica da classe dominante se difunde em um sentido mais amplo dos 'limites do possível' para a sociedade em geral [...] [U]m conceito de controle articula estrategicamente os interesses especiais de uma configuração historicamente concreta de classes e estados com os requisitos de gestão da ordem com os quais esses interesses são mais imediatamente congruentes. Permanecendo amplamente implícito enquanto for efetivamente hegemônico, um conceito de controle transforma uma interpretação particular do desenvolvimento capitalista em ortodoxia. Ele oferece uma linguagem na qual os interesses podem ser



legitimamente apresentados, ao mesmo tempo em que estimula a autoconsciência da burguesia e de seus aliados. (Pijl, 1998, p. 51, grifo do autor, *tradução nossa*)

A partir da compreensão do conceito abrangente de controle como a dimensão ideológica da reprodução de um determinado padrão de acumulação, o materialismo histórico transnacional permite que não se avaliem processos históricos como as diferentes fases do regionalismo latino-americano e da CID de forma naturalizada. Não é por acaso que os objetos centrais da Escola de Amsterdã são os atores interessados nos processos históricos em análise e envolvidos em suas dinâmicas (Jessop e Overbeek, 2019). Essa percepção da relevância da agência ao nível das classes sociais afasta essa linha de pensamento das interpretações marxistas mais deterministas, demarcando sua afinidade com o marxismo historicista de Antonio Gramsci (1971). No entanto, isso não a situa dentro de visões voluntaristas a respeito da capacidade de agência na economia global capitalista; pelo contrário, fazendo uso de conceitos abrangentes de controle, a Escola de Amsterdã consegue “navegar entre as armadilhas do estruturalismo e do voluntarismo” (Horn e Wigger, 2019, p. 212, *tradução nossa*).

Soma-se a essa contribuição conceitual a ênfase dialética dada pela perspectiva materialista histórica transnacional. Centrada numa compreensão das transformações históricas como resultado da interação conflituosa de forças contraditórias (entendidas em termos de frações de classes), essa visão entende a transnacionalização do capital não como algo que gera o esgotamento dos estados nacionais, mas como um mecanismo de reprodução de um padrão de acumulação constituído por relações internas que operam em diferentes contextos nacionais simultaneamente (Apeldoorn, 2013). Essa perspectiva dialética e histórica é capaz de evidenciar como a lógica e a estrutura do capitalismo - dinamizada a partir do padrão de acumulação dominante - moldam e limitam tanto as opções da integração regional quanto da CID.

A dimensão histórica em primeiro plano da Escola de Amsterdã a aproxima dos desígnios metodológicos da CHA, cujo ancestral comum é, sem dúvidas, a posição de Marx quanto à necessidade de ligar eventos históricos a processos mais amplos de transformação social (Benson; Kim, 2008) - especificamente, os processos ligados à reprodução de um modo de produção. Essas determinações estruturais revelam a hipótese desta pesquisa de que há uma convergência dialética entre as trajetórias do regionalismo latino-americano e da CID.



O paralelo traçado a nível estrutural se dá- para antever o que será exposto nas seções seguintes- nos seguintes termos. No caso da integração na América Latina, o desenvolvimentismo nasce como oposição dialética à inserção internacional precária da região, na posição de antítese aos preceitos liberais que fundamentavam o padrão agroexportador dominante desde meados do século XIX. Essa antítese eventualmente perde força, exaurindo suas possibilidades dentro do padrão de acumulação do sistema capitalista e dando espaço para a penetração da ideologia neoliberal na América Latina. Por fim, em uma espécie de síntese, o neodesenvolvimentismo da onda rosa aparece como o caminho de políticas econômicas contestadoras das receitas neoliberais, diluindo aspectos do desenvolvimentismo de outrora e ingerindo elementos do neoliberalismo que o precedeu.

No caso da CID, a NOEI aparece- assim como o desenvolvimentismo- como antítese das primeiras mobilizações significativas do capital transnacional, ainda em um contexto de força do capitalismo de bem-estar social de raiz keynesiana. Essa antítese eventualmente perde força (em paralelo com o desenvolvimentismo), deixando de exercer pressão contra os interesses do capital transnacional. O neoliberalismo então amplia o seu alcance para o âmbito da CID. A síntese da esfera da cooperação aparece com a projeção dos BRICS como grupo de contestadores – e, portanto, propositores de uma alternativa- da ordem vigente, retendo importantes aspectos da tese neoliberal e prescindindo da conservação dos anseios transformadores da NOEI.

Tanto na trajetória da integração latino-americana como da CID, o padrão de acumulação de capital dominante e o conceito de controle que operacionaliza a sua reprodução atuam como fonte limitante. A exposição desse esqueleto estrutural que revela a homologia entre o regionalismo e a CID e aponta para um traço transversal de estratégias entre os dois campos para identificar potenciais e oportunidades de iniciativas genuinamente autônomas e emancipatórias.

3. A DIALÉTICA DA TRAJETÓRIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O objetivo desta seção é apresentar, em termos gerais, a trajetória da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) desde a segunda metade do século XX a partir de um movimento estrutural dialético entre três momentos-chave de sua história. O primeiro momento-chave corresponde à proposição de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) em 1974,



que buscava a revisão estrutural das desigualdades sistemáticas entre Estados do Norte e do Sul global. O segundo corresponde à reformulação da tese hegemônica que a NOEI buscava resistir realizada nas décadas de 1980 e 1990, cristalizada na consolidação de um novo padrão de reprodução do capital: o neoliberal, que implicou uma agudização ainda maior das assimetrias enfrentadas pela coalizão terceiro-mundista. Por fim, o terceiro momento-chave retrata a ascensão dos BRICS como grupo de atores que se propõe a oferecer uma alternativa ao neoliberalismo patrocinado pelo eixo anglo-americano.

3.1. DO SONHO À REALIDADE: A NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

Foi na década de 1960, proclamada de modo oficial pelas Nações Unidas como a Década do Desenvolvimento, que os principais acontecimentos germinadores da busca por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) se fizeram presentes. Dois deles merecem destaque. O primeiro se refere à primeira reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (com a sigla em inglês, UNCTAD) em 1964. Nela, um grupo de países da América Latina, Ásia e África atuou conjuntamente para defenderem os interesses coletivos dos países em desenvolvimento em um contexto de aumento da atuação do investimento direto estrangeiro na economia global – a partir de então, esses países se projetaram internacionalmente como o Grupo dos 77 (G-77). Aragão (2014) identifica como aspecto essencial da proposta pela NOEI uma busca pela responsabilização e pelo controle das ações das empresas transnacionais, pontuando a importância de uma interação entre capital estrangeiro e Estados centrada na soberania destes últimos, no mesmo espírito da visão expedida pelo G-77 no encontro inaugural da UNCTAD.

Além desse evento histórico que engendrou G-77, outra importante ocasião para a compreensão da NOEI consistiu na reunião entre os ministros de países latino-americanos realizada no Chile em 1969, visando discutir o já perceptível fracasso da Aliança para o Progresso, a iniciativa estadunidense de cooperação interamericana (Domínguez, 2017). Realizada no âmbito da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (Cecla), essa reunião teve como resultado o Consenso de Viña del Mar, documento que cobrava dos EUA “a abertura de seus mercados aos produtos da região, a liberação de ajuda [para o desenvolvimento], [...] acabar com a imposição de condicionalidades de política econômica através do FMI e do Banco Mundial” (Domínguez,



2017, p. 149-150, *tradução nossa*), dentre outras coisas. Domínguez (2017, p. 146, *tradução nossa*) é enfático em identificar as raízes da NOEI nessa iniciativa de relações intrarregionais entre latino-americanos e seu vizinho *hegemon*: “[e]m última instância, o Consenso de Viña del Mar antecipava várias solicitações e princípios que mais tarde seriam incorporados na [proposta por uma] nova ordem econômica internacional”.

A formalização de uma proposta pela NOEI se deu através da Resolução 3201 aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974, que continha os textos da “Declaração de Estabelecimento de Uma Nova Ordem Econômica Mundial” (United Nations, 1974a), do “Plano de Ação para o Estabelecimento de Uma Nova Ordem Econômica Mundial” (United Nations, 1974b), e da “Carta de Direitos e Deveres dos Estados” (United Nations, 1975) (Aragão, 2014). Como um ponto alto da cooperação Sul-Sul, essa colaboração a nível político entre países do chamado Terceiro Mundo no órgão máximo da multilateralidade tinha como contrapartida a dificuldade de uma cooperação efetiva no campo do comércio e da integração de estruturas físicas (Leite, 2012). Um dos conceitos operacionalizados nesse contexto de aproximação dos países do Sul foi o de autossuficiência coletiva, que combinava ações de fortalecimento de soberania com medidas destinadas a criar redes de cooperação Sul-Sul (Ayllón, 2014).

Identificar esse estágio da cooperação internacional como um momento-chave é fundamental para executar uma historicização da cooperação como a proposta por Domínguez (2017, p. 153, *tradução nossa*), onde se conta “a história alternativa do ponto de vista dos países subordinados”. Trata-se de enxergar um ímpeto emancipatório que se fazia corrente de modo simultâneo aos processos de fortalecimento da hegemonia estadunidense e da disputa da Guerra Fria para, posteriormente, enxergar os processos que silenciaram e depois cooptaram esses mesmos ímpetos. Como será visto mais à frente, a acomodação dessas demandas por uma reforma estrutural do sistema internacional se deu, em grande parte, nos moldes do que Wallerstein (1996) chamava de adestramento dos movimentos antissistêmicos, uma clássica estratégia de administração de crises no capitalismo, agora executada em dimensão global no âmbito da CID.

O enfraquecimento da NOEI se deu na medida em que a união a nível multilateral que a fez forte foi gradualmente se dissipando, agora em um novo contexto de Estados em crise submersos



em dívidas externas paralisantes, fazendo-os optar por posturas pragmáticas perante as corporações transnacionais sediadas no Norte global (Aragão, 2014). Em suma, “[m]esmo com os êxitos inicialmente colhidos pelo G-77 e a NOEI, o contexto econômico mundial em que estes assentaram suas bases havia sofrido importantes mudanças” (Aragão, 2014, p. 85).

Com as discussões na ONU, ainda na década de 1970, voltadas para um equilíbrio entre multinacionais e governos, a ênfase na reestruturação das relações internacionais que pautava a proposta da NOEI foi rapidamente se diluindo. Esse suposto equilíbrio acabou sendo o pano de fundo para a assimetria de forças cada vez maior, onde os Estados centrais mantinham seu poder relativo na esfera internacional e os Estados do Sul Global se viam cada vez mais subordinados⁶ aos interesses das corporações, predominantemente alinhados aos países desenvolvidos.

Deste modo, a falsa crença de que a globalização equalizou os Estados em um contexto de interdependência mútua horizontal, mascara o real processo de aprofundamento das assimetrias, centrado na consolidação gradual de um conceito de controle alinhado aos interesses de uma fração da capitalista. Nesse cenário, os países do Norte Global adquirem mais poder relativo e os Estados periféricos cedem sua soberania em nome do “livre mercado” e das “vantagens comparativas” - as promessas vazias do neoliberalismo que serão discutidas a seguir.

3.2. A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E AS SUAS FRAGILIDADES

Na marcha da globalização veio a ideologia que delineava as medidas abrangentes de controle para a reprodução do padrão de acumulação voltado para os circuitos de capitais transnacionais: o neoliberalismo. As suas promessas eram reluzentes: a união dos povos balizada em intercâmbios comerciais e culturais cada vez mais profundos, difundindo políticas que levariam ao desenvolvimento e à riqueza, supostamente reproduzindo o mesmo processo idílico que teria levado as nações já desenvolvidas ao seu estágio atual⁷ (Williamson, 1990). Nesse contexto de predomínio de uma nova visão, consolidou-se a ideia de que “[a] Noei deveria ser rechaçada, uma vez que não havia necessidade de mudar o sistema econômico internacional, dado que eram as

⁶ Ainda que esta subordinação não tenha acontecido de forma completa ou sem resistências, como perceptível no período da chamada onda rosa na América Latina, que será discutido mais adiante.

⁷ Para uma crítica da ideia de que as medidas pregadas pelo neoliberalismo teriam sido os fatores centrais para o desenvolvimento econômico dos países do Norte Global, ver Chang (2004).



políticas dos próprios países em desenvolvimento as responsáveis por sua pobreza” (Ayllón, 2014, p. 67).

Nesse novo marco, a cooperação Sul-Sul não tinha mais espaço, já que o discurso impunha que era necessário adotar as políticas liberalizantes do chamado Consenso de Washington para que os países em crise retomassem o caminho do desenvolvimento econômico. Tal modelo, que ostentava um receituário abstrato, alheio aos contextos particulares de cada país, “acabou levando os países do Sul a competirem pela recepção de investimento estrangeiro direto, interrompendo décadas de mobilização conjunta pela reforma da ordem econômica mundial” (Leite, 2012, p. 63). A armadilha para a desmobilização e o adestramento de ímpetos revolucionários estava posta. A desarticulação desse posicionamento conjunto dos países do Sul Global nas esferas multilaterais deu um fim aos anseios da NOEI (Ayllón, 2014).

Para alcançar o grau de hegemonia que obteve na década de 1990, além das imposições de condições para empréstimos e investimentos através do Banco Mundial e do FMI, o discurso neoliberal também foi moldado estrategicamente. Em primeiro lugar, com o convencimento de que essas práticas políticas e econômicas eram um caminho moderno e único para o desenvolvimento, mesmo que fincadas em postulados dos séculos XVIII e XIX (Brieger, 2002). Além disso, a esfera pública da economia era caracterizada como irredutivelmente ineficiente, em um estratégico movimento retórico conveniente ao pouco prestígio logrado às máquinas estatais latino-americanas depois da década perdida (Brieger, 2002). Esse reducionismo, aliado aos diversos outros que compunham o receituário do Consenso de Washington, constituíam a potência persuasiva do discurso neoliberal, vendido como a cura para todo o mal. Como Brieger (2002, p. 343, *tradução nossa*) sintetiza, “assim como o discurso colonial dos séculos XVIII e XIX, a chegada do capital estrangeiro e do progresso passaram a ser sinônimos”.

Porém, o floreio retórico das promessas neoliberais contrastava brutalmente com a realidade social no Sul Global. Nos países da América Latina, o impacto das políticas neoliberais nos indicadores sociais foi modesto, acentuando as desigualdades sociais (Borón, 2003) e deixando um rastro de políticas de proteção social fragilizadas (Grugel e Riggiozzi, 2009). O legado neoliberal detém como uma de suas marcas registradas as taxas de desemprego e informalidade alcançando patamares altíssimos na região, além da população em situação de pobreza



aumentando em largos passos em conjunto com a ampliação da desigualdade social (CEPAL, 1996). Outro elemento inconfundível do legado neoliberal é o seu potencial desagregador e proporcionador de fragmentações a nível nacional - em especial nos grupos que compõem a sociedade civil - e regional. O conceito de *sociedad abigarrada* (Boff e Franco, 2021), usado inicialmente para explicar “as divisões estruturais existentes na composição social [da Bolívia]” (Boff e Franco, 2021, p. 522), pode ser utilizado para pensar a região como um todo durante a década neoliberal: com a fragmentação da esfera pública, o sedutor discurso individualista desse paradigma dispersou as populações interna e externamente, efetivamente tirando a substancialidade de quaisquer pensamentos sobre integrar ou cooperar.

Dentre as explicações para esse desfecho do século XX estão a “necessidade que sentiram os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, de concentrar-se em seus assuntos como consequência da crise da dívida” (Ayllón, 2014, p. 67) e a força ideológica que o neoliberalismo alcançou em virtude da dissolução da União Soviética e da percepção de que a democracia liberal e o capitalismo tinham se prostrado como verdadeiras encarnações do ápice da história da humanidade - vide a celebrada e rapidamente criticada tese do fim da história de Francis Fukuyama (1992). De todo modo, a última década do século XX representou o ápice da visão neoliberal e suas consequências são sentidas até os dias atuais, como será visto em seguida com a ascensão de uma contestação deflacionada por parte dos BRICS.

3. OS BRICS E A CONTESTAÇÃO DEFLACIONADA

A perceptível ascensão econômica da China nos anos 1990 prenunciava importantes mudanças na balança de poder internacional do século XXI (Arrighi, 2007). A princípio, a inserção chinesa nos circuitos globais de acumulação não trazia consigo um sinal claro de tensão no nível político, com os EUA enxergando nesse processo algo positivo, em sintonia com a crença liberal de que o aprofundamento dos laços econômicos entre os países levaria a transformações no modelo político doméstico. Apenas no final dos anos 2000, com o gradual tensionamento das relações entre China e EUA, que ganha proporções de rivalidade ostensiva na década de 2010, é que o cenário de um sistema internacional multipolar se tornou claro (Woodley, 2015). Esse processo se deu em conjunto com o ganho de relevância de outras economias de grande porte regional: Índia,



Brasil, Rússia e África do Sul. Juntos, esses países passaram a ser caracterizados como os BRICS⁸ (Bond e Garcia, 2015).

No nível do discurso, os BRICS repetem – e até intensificam – muitas das posições presentes na NOEI. O grupo é muitas vezes visto como um desafio vindo do Sul Global à hegemonia ocidental na ordem internacional (Robinson, 2015). Uma de suas caracterizações é como um bloco de “potências industriais da semiperiferia na busca pela reconfiguração do mapa do poder mundial, democratizando a riqueza e o poder” (Barrenengoa e Merino, 2022, p. 32, *tradução nossa*).

Contudo, diante do domínio do capital atrelado aos circuitos globais de acumulação que caracterizou a consolidação do neoliberalismo, os BRICS têm atuado como uma força interessada na melhor operação desse sistema, e não em sua reestruturação (Bond, 2018). Além disso, esse grupo de países articula uma nova face da legitimação do neoliberalismo, por meio de um modelo de desenvolvimento “eco-destrutivo, centrado no consumismo, excessivamente financeirizado que agrava a crise climática” (Bond, 2013, p. 266, *tradução nossa*). O interesse dessas potências regionais é acelerar o processo de difusão desses mecanismos do padrão de acumulação vigente, desde que isso seja feito de modo a ampliar o seu papel de liderança no sistema internacional (Robinson, 2015).

Longe de significar uma contestação à ordem vigente, os BRICS espelham os interesses de suas elites, que pouco diferem sistematicamente daqueles vistos nas elites do Norte: trate-se de uma disputa competitiva inserida no mesmo jogo do capitalismo global. Os discursos dos representantes dos países do BRICS demonstram um apelo emocional na associação com a NOEI e com as esperanças antissistêmicas que lhes são depositadas, enquanto a real função do grupo tem sido de buscar mais integração de suas elites nos circuitos de acumulação do capitalismo global (Robinson, 2015).

Com essa caracterização dos BRICS como engrenagens na reprodução do padrão de acumulação predominante no capitalismo global, quais sinais de contestação ainda sobram para esse novo marco da cooperação Sul-Sul? Ayllón resume o elemento contestador que reside nos BRICS:

[C]oalizões [...] como o BRICS (bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), atuam em fóruns multilaterais e regimes internacionais em que os países

⁸ A África do Sul se juntou ao grupo somente em 2010, alterando a sigla de BRIC para BRICS.



emergentes questionam as regras da política e da economia internacional como foram definidas pelas potências ocidentais. No entanto, o fazem em contexto radicalmente diferente [daquele em que a NOEI foi um dos momentos-chave] [...] Se o espírito daquela época foi a busca de alternativas no mundo da Guerra Fria, na atualidade, a lógica que leva os emergentes e outros [países de renda média] a intensificar a CSS é a de promover sua inserção internacional por meio da geração de mecanismos de diálogo político e *empowerment* econômico. (Ayllón, 2014, p. 80)

Esse questionamento das regras do jogo diz respeito a seu conteúdo, e não sua forma. São rearranjos visando melhor posicionamento no jogo do capitalismo global, ainda regido pelo mesmo padrão de acumulação que se consolida década após década. O empoderamento econômico se dá em simultaneidade com o empoderamento do *status quo*, demarcando a contestação adestrada que caracteriza os BRICS.

Conclui-se, assim, a caracterização da trajetória da CID em termos dialéticos. A NOEI-antítese da formulação do sistema internacional vigente na segunda metade do século XX- perde sua força e vê o neoliberalismo ascender como conceito de controle que reproduz o padrão de acumulação característico da globalização. Em seguida, os BRICS aparecem no século XXI como grupo contestador da ordem vigente. Em uma análise que contrasta discurso e prática, é possível notar o aceno implícito dos BRICS ao sistema capitalista e sua lógica de exploração, reproduzida a partir de práticas subimperiais (Bond, 2018). A menor contestação da ordem internacional feita pelos BRICS demonstra seu enfraquecimento perante os anseios de mudança estrutural expressos pela proposta da NOEI.

Assim, essa dinâmica histórica - lida através de lentes dialéticas - desfaz romantizações emancipatórias apegadas aos BRICS como portadores da boa nova de novos tempos. Em seguida, avalia-se como esse mesmo movimento estrutural histórico-dialético se repete na trajetória do regionalismo latino-americano.

4. A DIALÉTICA DA TRAJETÓRIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA

O objetivo desta seção é apresentar, em termos gerais, a trajetória da integração regional latino-americana desde a segunda metade do século XX a partir de um movimento estrutural dialético entre suas diferentes fases. A primeira fase discutida é a do desenvolvimentismo, apresentado como uma estratégia de desenvolvimento que surge no âmbito nacional e abarca a integração econômica regional no seu rol de ferramentas, delineando os rumos do regionalismo



latino-americana entre as décadas de 1960 e 1970. A segunda corresponde ao regionalismo aberto, que instrumentalizou a integração regional para o aprofundamento da globalização e do padrão de acumulação associado a esta. Por fim, a terceira fase avaliada é a do regionalismo pós-neoliberal/neodesenvolvimentista, que surgiu como um eixo de contestação aos efeitos negativos do neoliberalismo na região durante a década de 1990.

4.1. UMA INTEGRAÇÃO PARA DENTRO: OS LIMITES DO REGIONALISMO DESENVOLVIMENTISTA

O projeto desenvolvimentista surgiu, inicialmente, como um caminho para superar os baixos índices de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948 no âmbito do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) foi o acontecimento histórico essencial para o diagnóstico desses problemas de cunho econômico e para a articulação de estratégias de mitigação. Como aponta Ayllón (2007, p. 28, *tradução nossa*) a CEPAL foi “de importância capital para iluminar um tipo de reflexão autóctone que influenciaria substancialmente na execução dos planos nacionais de desenvolvimento”.

A principal dessas estratégias consistia na industrialização por substituição de importações (ISI), onde bens que antes eram importados passavam a ser produzidos pelos países internamente. Essa política econômica visava desfazer a característica de países importadores de produtos de alto valor agregado e exportadores de matérias-primas de baixo valor agregado⁹ que marcava os Estados latino-americanos, tornando-os produtores de bens industrializados (Bielschowsky e Mussi, 2022). Dessa estratégia também se ramificava um interesse pela integração regional, que seria fundamental para apoiar a ISI, através da expansão mútua dos mercados da região e da convergência protetiva por meio de tarifas externas significativas para os países fora da América Latina (Robinson, 2008). Assim, o desenvolvimentismo como pilar da integração regional era voltado para o fortalecimento econômico de cada país e, de forma simultânea, uma melhor inserção de suas indústrias no mercado global. Essa estratégia se alinhava com os anseios

⁹ Para justificar essa posição, os autores do desenvolvimentismo argumentam pela tese da deterioração dos termos de intercâmbio entre os países exportadores de matérias-primas e os exportadores de bens industrializados. Ver Bielschowsky e Mussi (2022).



autonomistas expressos por Helio Jaguaribe na sua discussão sobre a inserção internacional brasileira:

No plano de nossas relações internacionais, o nacionalismo político reivindica para o país uma posição de maior autonomia, em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias e se inclina para uma linha neutralista, em relação ao conflito norte-americano-soviético. Exprime pois uma tomada de consciência dos interesses próprios do Brasil, no âmbito de outras nações, e das massas populares, no âmbito interno do país, e constitui uma exigência de acatamento da soberania popular e da nacional. (Jaguaribe, 1958, p. 32)

A instrumentalização da integração econômica no seio da busca por mais autonomia no sistema internacional marcava o olhar desenvolvimentista para o regionalismo. Ainda que críticas tenham sido feitas aos limites dessa perspectiva¹⁰, a proposta cepalina contestava os ditames do centro do capitalismo e, nesse sentido, incomodava a reprodução do padrão de acumulação que tinha como conceito de controle o fordismo (Jessop, 2019) - este fincado nas hierarquias e assimetrias entre os países do sistema internacional que eram reproduzidas junto com o padrão.

No entanto, foi justamente a dimensão regional que exemplificou uma das principais fraquezas da estratégia desenvolvimentista. A expansão planejada dos mercados foi limitada e desigual, fruto da diversidade socioeconômica dos países e de um desentendimento significativo entre eles. Ademais, a mesma crise da dívida que desarticulou a coalizão da NOEI, também desfez as iniciativas de regionalização orientadas pelo desenvolvimentismo. Como exemplo, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) - primeira iniciativa de integração econômica na região e que foi criada em 1960 no contexto das estratégias de ISI - foi incapaz de fomentar uma dinamização do comércio intrarregional e pouco pôde atuar para mitigar as grandes desigualdades de potencial industrial entre seus membros (Moreira, Quintero e Silva, 2010). Como apontam Araujo e Filho:

[A] ALALC chegou ao final da primeira década após a assinatura do Tratado de Montevideu bastante enfraquecida e desacreditada. Para piorar a situação, os países andinos (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) decidiram formar, em 1969, o Grupo Andino, a primeira iniciativa integracionista sub-regional da América do Sul, que procurava dar um maior

¹⁰ Marini (2017), por exemplo, foi bastante crítico do ideário desenvolvimentista, enxergando-o como, em última instância, reprodutor do capitalismo dependente no qual os países latino-americanos estavam inseridos. Vale ressaltar que a proposição deste artigo não é de que o desenvolvimentismo consistia no ápice da contestação às estruturas do sistema capitalista; Marini está absolutamente correto em sua avaliação crítica. O que é argumentado aqui é que o neodesenvolvimentismo, quando comparado com o desenvolvimentismo, se revela como um paradigma contestatório amplamente castrado, o que indica as profundas limitações transformadoras desse novo quadro teórico, tendo em vista que a perspectiva desenvolvimentista sequer é o que de mais contestatório se pode ter no contexto latino-americano.



dinamismo ao processo de desgravação tarifária e contemplar algumas questões deixadas em segundo plano pelo Tratado de Montevideu, como a reciprocidade de benefícios, o desenvolvimento industrial e um tratamento especial para o capital estrangeiro. (Araujo e Filho, 2015, p. 104)

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criada em 1980 para substituir a ALALC, pouco pôde fazer para mudar esse cenário: suas características bem mais flexíveis já sinalizavam o esgotamento do modelo orientado para dentro que caracterizava o desenvolvimentismo (Dabène, 2012). Assim, com o estouro da crise da dívida e o esquecimento das políticas desenvolvimentistas por parte dos tomadores de decisão latino-americanos, o contexto estava devidamente talhado para a ascensão de um novo paradigma do regionalismo: o neoliberal.

4.2. UMA INTEGRAÇÃO PARA FORA: O JEITO NEOLIBERAL DE SE REGIONALIZAR

Em contraste com o neodesenvolvimentismo, o neoliberalismo reformulava o regionalismo numa orientação voltada para fora, com a diversificação industrial perdendo protagonismo e o setor agroexportador¹¹ voltando a ser o protagonista das políticas de incentivo à reprimarização econômica (Osorio, 2012), aliadas à implantação do Consenso de Washington já discutida no contexto do neoliberalismo na cooperação internacional. O objetivo era alcançar uma integração profunda das economias latino-americanas no capitalismo global que se apresentava como um mundo de oportunismo e otimismo, na esteira do discurso ideológico da interdependência entre todos.

Influenciado pela forte sensação de inevitabilidade da globalização neoliberal (sendo, portanto, naturalizada), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi o exemplo paradigmático do que ficou conhecido como regionalismo aberto (Botto, 2021). A ideologia neoliberal penetrou o imaginário latino-americano de modo tão profundo que causou o abandono do propósito mais amplo de modernização econômica enraizado nas trocas entre Argentina e Brasil¹² ao longo do

¹¹ Para uma avaliação recente do impacto do agronegócio na articulação do padrão econômico (e, neste caso específico, das suas implicações para decisões de política externa) seguido por um país latino-americano (no caso, o Brasil), ver Siebeneichler (2021).

¹² Para um estudo crítico da relação bilateral entre Brasil e Argentina o seu papel na trajetória do Mercosul, ver Brito, Almeida e Velasco Júnior (2024).



final dos anos 1980, convertendo-se precipuamente em uma iniciativa de integração comercial (Cervo, 2016).

Assim como na neoliberalização da cooperação internacional, o regionalismo aberto fez do discurso de naturalização da globalização neoliberal uma realidade inescapável para a América Latina da última década do século XX¹³. Resta, então, compreender a síntese que se deu na integração regional latino-americana em paralelo à cooptação sistêmica dos ânimos de contestação remanescentes da proposta da NOEI já exemplificada no papel dos BRICS na CID.

4.3. NEODESENVOLVIMENTISMO OU NEO-NEOLIBERALISMO?

Se nos anos 1990 a integração regional estava pautada pelo paradigma do regionalismo aberto, nos anos 2000 uma mudança importante começa a ocorrer em vários países da América Latina: governos à esquerda do espectro político passam a ser eleitos, no que convencionou-se chamar de onda rosa latino-americana. Nesse cenário, uma configuração de parceiros políticos passa a se articular, como nos casos de Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina (Santos, 2019).

A dinâmica da integração regional característica da onda rosa tinha, em sua proposta discursiva, o intuito de oferecer soluções pós-neoliberais para a região. Marcada por uma forte resistência ao projeto estadunidense da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca)- idealizada como uma iniciativa ainda mais radical em sua liberalização que o Mercosul-, as lideranças da onda rosa tinham grande apelo popular. Por exemplo: na ocasião do acontecimento da 4ª Cúpula das Américas em Mar del Plata na Argentina em 2005, Chávez discursou num estádio na mesma cidade criticando fortemente a presença de George W. Bush, então presidente dos EUA, na região, e a agenda neoliberal que a Alca representava. Esse momento ficaria para a história e ilustra bem a reflexão de Cervo (2016, p. 11): "[a]o transitar para o século XXI, [...] exauriu-se no espaço de uma década a dinâmica neoliberal, e os países da América Latina mergulharam no século XXI à procura de outro destino".

¹³ Para uma análise detalhada dos efeitos do neoliberalismo na América Latina da década de 1990, ver Chodor (2015), especialmente o terceiro capítulo.



Mas seria esse outro destino tão diferente assim do neoliberalismo ou apenas uma máscara que escondia estruturas neoliberais bem definidas? O chamado neodesenvolvimentismo, que passou a entrar em vigor na política econômica brasileira sob o governo Lula e a inspirar seus vizinhos, parecia uma alternativa sólida aos desastres da década neoliberal. Em síntese, o neodesenvolvimentismo enfatiza a “participação do Estado na economia [...], [as] políticas protecionistas [...], [o] aumento da intervenção estatal [...] e [a] expansão do mercado interno e das políticas sociais” (Berringer, 2015, p. 149-150).

No entanto, a estratégia neodesenvolvimentista brasileira¹⁴ não foi ausente de contradições, com “as diferentes classes [...] que compõem a frente [...] [discordando] em relação aos direitos trabalhistas, ao aumento da distribuição dos recursos [...] e, sobretudo, em relação às reformas estruturais” (Berringer, 2015, p. 161). Como pontua Santos (2019, p. 62), a “retórica neodesenvolvimentista cumpriu um papel ideológico regressivo ao estreitar o debate econômico, restrito à microeconomia, e encurtar o alcance da discussão política, limitado à conjuntura”. Ainda que esse modelo ostentasse uma superfície contestadora ao neoliberalismo, sua expressão concreta não deixou de reencenar os caminhos de seu suposto modelo rival. Mesmo com o protagonismo do intervencionismo estatal, a preocupação com a estabilidade monetária trazia à tona os fantasmas das políticas econômicas do período anterior (Saraiva e Velasco Júnior, 2016).

No caso brasileiro, o “disciplinamento do Estado como instrumento de transferência de riqueza nacional para os circuitos financeiros internacionais” (Santos, 2019, p. 58) seguiu em marcha. Como argumenta Santos (2019, p. 40), “a despeito da retórica evocando um projeto ‘neodesenvolvimentista’ que sustentaria uma integração ‘pós-neoliberal’, as continuidades estruturais impostas pelas políticas econômicas neoliberais constrangeram as possibilidades de mudança, no país e na região”.

Conclui-se, assim, a caracterização da trajetória da integração regional latino-americana em termos dialéticos, que pode ser resumida nos termos a seguir, evidenciando seu paralelo com a trajetória da CID avaliada anteriormente. Inicialmente, o desenvolvimentismo surge como resposta à inserção internacional assimétrica dos países latino-americanos, reduzidos ao papel de

¹⁴ No caso da Argentina, outro país que enveredou pela via neodesenvolvimentista, as coisas não foram muito diferentes: “Não houve avanços significativos no governo Kirchner em relação a mudanças estruturais [...] [houve] um fortalecimento do crescimento da economia via agroindústria [...] [e] entrada de capitais internacionais sem regulação” (Neto, 2016, pp. 417-418).



exportadores de *commodities* para os países desenvolvidos. O desenvolvimentismo se posiciona em clara antítese com os preceitos liberais que fundamentavam o padrão agroexportador (Osorio, 2012) dominante desde meados do século XIX na região. Essa antítese eventualmente perde força (no mesmo contexto global em que a NOEI perde sua força, como visto anteriormente), exaurindo suas possibilidades e dando espaço para a penetração da ideologia neoliberal na América Latina, representando a mesma tese liberal radicalizada que delineou a CID no mesmo período.

Por fim, apresenta-se a síntese: representada pela onda rosa e o seu regionalismo pós-neoliberal, com o projeto neodesenvolvimentista apontado como um caminho de políticas econômicas contestadoras das práticas neoliberais. Não obstante essa retórica, em um vislumbre da similitude estrutural dialética entre essa casca contra-hegemônica e a fina roupagem revolucionária dos BRICS, percebe-se com clareza os volumosos resquícios do neoliberalismo – e, portanto, um verdadeiro neo-neoliberalismo oculto nominalmente - presentes nesse novo momento do regionalismo latino-americano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo argumentou que há um paralelo dialético-estrutural entre as trajetórias da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e da integração regional latino-americano desde a segunda metade do século XX até a contemporaneidade. Diante das limitações estruturais expostas ao longo deste trabalho, propõe-se o seguinte questionamento para o desenvolvimento de novas pesquisas: quais são as perspectivas e possibilidades do regionalismo latino-americano em mundo repleto de incertezas e desafios?

A condição homóloga entre a integração latino-americana e a CID insinua o potencial frutífero de colaborações de estratégias transversais entre pesquisadores dos dois campos para identificar eixos de ação contra-hegemônica capazes de enfrentar as estruturas petrificadas (mas não inexoráveis) de um padrão de acumulação que se encontra em crise. A construção de iniciativas genuinamente autônomas e emancipatórias, seja na esfera da integração ou da cooperação, perpassa por um entendimento das rupturas presentes – sejam elas latentes ou amplamente visíveis - no sistema histórico vigente, tarefa que a abordagem neogramsciana é capaz de auxiliar substancialmente na realização.



Assim, conclui-se com a percepção de que há um problema frutífero a ser explorado no entendimento de ambos os campos tratados aqui: tanto a cooperação internacional como a integração regional podem se beneficiar de uma leitura dialética centrada nos movimentos estruturais de suas histórias para aprimorar a compreensão dos limites e das reais possibilidades emancipatórias em cada uma dessas dimensões das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apeldoorn, B. van. (2013) 'The European Capitalist Class and the Crisis of Its Hegemonic Project', *Socialist register*, 50, pp.189-206, [online]. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/20197> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Aragão, D. M. de. (2014) 'Desvio ao deserto neoliberal: a ONU, sua agenda de desenvolvimento e o caso da responsabilidade das corporações transnacionais'. In: Kraychete, E.; Milani, C. R.S. (orgs.). *Desenvolvimento e Cooperação Internacional: relação de poder e política dos Estados*. Salvador: EDUFBA, pp.77-92.

Araujo, A. L. Z.; Filho, F. F. (2015) 'O processo de integração na América do Sul: da ALALC à UNASUL'. *Ensayos de Economía*, 25(46), pp.99-120.

Arrighi, G. (2007) *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London/New York: Verso.

Ayllón, B. (2014) 'Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS)'. In: Souza, A. de M. e (org.). *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, pp.57-86.

Ayllón, B. (2007) 'La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales'. *Carta internacional*, 2(2), pp.32-47, [online]. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416> [Acesso em: 15 Mai. 2024]



Barrenengoa, A.; Merino, G. E. (2022) 'La pandemia, el ascenso de China y el nuevo mapa del poder mundial: Desafíos para América Latina'. In: Merino, G. E.; Bello; L. R.; Iglecias, W. T. (coords.). *China y el nuevo mapa del poder mundial: una perspectiva desde América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, pp.29-57.

Benson, J. K.; Kim, B. S. (2008) 'Institutionalism and capitalism: A dialectical and historical contingency approach'. In: Prechel, H. (ed.). *Politics and Public Policy*. Bingley: JAI Press, pp. 67-97).

Berringer, T. (2015) *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris.

Berringer, T.; Ferreira, M. D. (2022) 'Power Blocs and Regional Organizations in Latin America: A Poulantzian Perspective'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 65, pp.1-16, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JzYvjMjPNXHqLNv9FTjwHPS/abstract/?lang=en> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Bielschowsky, R.; Mussi, C. (2022) 'Brazilian economic thought in the "developmentalist era": 1930–1980'. In: Bielschowsky, R.; Boianovsky, M.; Coutinho, M. C. *A History of Brazilian Economic Thought: From Colonial Times through the Early 21st Century*. London/New York: Routledge, pp. 157-208.

Boff, R. B.; Franco, S. (2021) 'Ascensão e queda do governo Evo Morales na Bolívia (2006-2019) sob o prisma da "sociedade abigarrada"'. *Monções*, 10(20), pp.519-548, [online]. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/12906> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Bond, P. (2018) 'East-west/north-south—or imperial-subimperial? The BRICS, global governance and capital accumulation'. *Human Geography*, 11(2), pp.1-18.



Bond, P. (2013) 'Sub-imperialism as lubricant of neoliberalism: South African 'deputy sheriff' duty within BRICS'. *Third World Quarterly*, 34(2), pp.251-270.

Bond, P.; Garcia, A. (eds.). (2015). *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. London: Pluto Press.

Borón, A. A. (2003) 'La sociedad civil después del diluvio neoliberal'. In: Sader, E.; Gentili, P. (orgs.). *La trama del Neoliberalismo: Mercado, crisis y exclusión social*. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, pp. 51-92.

Botto, M. (2021) 'The challenges of economic integration in Latin America: searching for consensus in contexts of globalization. The case of MERCOSUR (1991–2019)'. *Globalizations*, 19(4), pp.1-16.

Brieger, P. (2002) 'De la década perdida a la década del mito neoliberal'. In: Gambina, J. (org.). *La globalización económico-financiera: su impacto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, pp.341-355.

Brito, A. G. M. de; Almeida, A. C. V. P. dos R. de; Velasco Júnior, P. A. (2024) "A relação bilateral entre Brasil e Argentina e sua influência na agenda integradora do Mercado Comum do Sul (Mercosul)". *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, 8(1), pp.44-58, [online]. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3091> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

CEPAL. (1996) *Quince años de desempeño económico: América Latina y el Caribe, 1980-1995*. Santiago: Naciones Unidas.



Cervo, A. L. (2016) 'A Marcha Lenta da América Latina no Século XXI'. *Austral*, 5(42), pp.11-32, [online]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/66372> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Chang, H. J. (2004) *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp.

Chen, D. (2022) 'A theory of dialectical transnational historical materialism for China's state capitalism and the China–US rivalry'. *Third World Quarterly*, 43(7), pp.1744-1764.

Chodor, T. (2015) *Neoliberal hegemony and the pink tide in Latin America: Breaking up with TINA?*. New York: Palgrave Macmillan.

Cox, R. W. (1987) *Production, power, and world order: Social forces in the making of history* (Vol. 1). New York: Columbia University Press.

Dabène, O. (2012) 'Explaining Latin America's fourth wave of regionalism: Regional integration of a third kind'. Trabalho apresentado no congresso da Latin American Studies Association (LASA), San Francisco.

Domínguez, R. (2017) 'La Alianza para el Progreso. Aportes para una teoría crítica de la cooperación'. In: Domínguez, R; Albor, G. R. (eds.). *Historia de la Cooperación Internacional desde una perspectiva crítica*. Barranquilla: Editorial Uniautónoma, pp.105-161.

Fukuyama, F. (1992) *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press.

Gill, S. (org.). (2007) *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.



Gramsci, A. (1971) Selections from the prison notebooks. New York: International Publishers.

Granato, L.; Rebouças, I. (2018) 'Estado, autonomia e integração regional na América Latina'. *Latinoamérica: Revista de Estudios Latinoamericanos*, (66), pp.261-285, [online]. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742018000100261 [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Grugel, J.; Riggirozzi, P. (eds.). (2009) *Governance after neoliberalism in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan.

Hirst, M. (2010) 'América Latina y la Cooperación Sur-Sur: Reflexiones conceptuales y políticas'. In: Ayllón, B.; Surasky, J. (orgs.). *La cooperación Sur-Sur en Latinoamérica: Utopía y Realidad*. Madrid: Los Livros de la Catarata, pp. 17-39.

Horn, L.; Wigger, A. (2019) 'Out of Amsterdam!: Beyond the boundaries of (transnational) capitalist class formation'. In: Jessop, B.; Overbeek, H. (eds.). *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. London/New York: Routledge, pp.212-216.

Jaguaribe, H. (1958) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Jessop, B. (2019) 'Putting the Amsterdam School in its Place'. In: Jessop, B; Overbeek, H. (eds.). *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. London/New York: Routledge, pp.263-292.

Jessop, B; Overbeek, H. (eds.). (2019) *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. London/New York: Routledge.



Katz, C. (2006) *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.

Leite, I. C. (2012) 'Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos'. *Observador On-line*, 7(3), pp.40-92.

Mahoney, J.; Rueschemeyer, D. (eds.). (2003) *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge/UK: Cambridge University Press.

Marini, R. M. (2017) 'Dialética da dependência'. *Geminal*, 9(3), pp.325-356, [online]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Moreira, L. F. V.; Quinteros, M. C.; Silva, A. L. R. da. (2010) *As Relações Internacionais da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes.

Neto, I. C. (2016) 'Auge e declínio do "neodesarrollismo" argentino'. *Economia e Sociedade*, 25(2), pp.401-428, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/yQncRsGqWrWLFjpqzVkJVhN/> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Osorio, J. (2012) 'Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica'. In: Ferreira, C.; Osorio, J.; Luce, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, pp.28-59.

Osório, L. F. B. (2018) 'Capitalismo e Processos de Integração Regional'. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, 22(35), pp.13-38, [online]. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/1963> [Acesso em: 15 Mai. 2024]



Overbeek, H. (2013) 'Transnational historical materialism: 'Neo-Gramscian' theories of class formation and world order'. In: Palan, R. (ed.). *Global Political Economy: Contemporary Theories*. London/ New York: Routledge, pp.162-176.

Pacheco, G. S. (2022) 'Entre Plínio Salgado e Miguel Reale: Uma análise histórica comparativa do (s) corporativismo (s) da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)'. *Oficina do Historiador*, 15(1), e41069-e41069, [online]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/41069> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Pijl, K. van der. *Transnational classes and international relations*. London/New York: Routledge, 1998.

Robinson, W. I. (2008) *Latin America and global capitalism: A critical globalization perspective*. Baltimore: JHU Press.

Robinson, W. I. (2015) 'The transnational state and the BRICS: a global capitalism perspective'. *Third World Quarterly*, 36(1), pp.1-21.

Santos, F. L. B. dos. (2019) *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Editora Elefante.

Saraiva, M. G.; Velasco Júnior, P. A. (2016). 'A política externa brasileira e o "fim de ciclo" na América do Sul: Para onde vamos?'. *Pensamiento propio*, 44, pp.297-324, [online]. Disponível em: <https://revistasnicaragua.cnu.edu.ni/index.php/pensamientopropio/article/view/3683> [Acesso em: 15 Mai. 2024]



Siebeneichler, A. (2021) 'O Latifúndio como Formulador de Política Externa e o Desmonte de Políticas Ambientais'. *Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil*, 10(1), e58818, [online]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/58818> [Acesso em: 15 Mai. 2024]

Skocpol, T.; Somers, M. (1980) 'The uses of comparative history in macrosocial inquiry'. *Comparative studies in society and history*, 22(2), pp.174-197.

Souza, A. de M. e (org.). (2014) *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea.

United Nations. (1974a) Declaration on the Establishment of a New International Economic Order. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/218450?v=pdf> [Acesso em: 08 setembro 2024]

United Nations. (1974b) Programme of Action on the Establishment of a New International Economic Order. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/218451?v=pdf> [Acesso em: 08 setembro 2024]

United Nations (1975). Charter of Economic Rights and Duties of States. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/190150?v=pdf> [Acesso em: 08 setembro 2024]

Wallerstein, I. (1996) 'The Inter-State Structure of the Modern World-System'. In: Smith, S.; Booth, K.; Zalewski, M. (orgs.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, pp.87-107.

Williamson, J. (1990) 'What Washington means by policy reform' In: Williamson, J. (org.). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington: Instituto for International Economics, pp.7-17.



Woodley, D. (2015) *Globalization and Capitalist Geopolitics: Sovereignty and state power in a multipolar world*. London/New York: Routledge.

